


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 02/12/2013 16:25:01, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu, _____, Escr.,
subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: 4001475-20.2013.8.26.0566 (nº de ordem 2230/13)
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerentes: JESSICA DE JESUS RODRIGUES DOS SANTOS e LEANDRO APARECIDO RODRIGUES DOS SANTOS
 Requerida: LAURA BARUFE DOS SANTOS (falecida)

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Os requerentes pretendem a expedição de alvará judicial para poder sacar no INSS resíduo creditório previdenciário deixado em decorrência do passamento de sua avó requerida. Os requerentes exibiram certidão de óbito e a informação do INSS sobre esse resíduo.

É o relatório. Fundamento e decido.

A legitimidade dos requerentes pleitearem o levantamento do resíduo do crédito previdenciário nasceu com o fenômeno da morte de sua avó paterna LAURA BARUFE DOS SANTOS, RG 36.877.092-2-SSP/SP, CPF 225.885.008-89, ocorrido em 16/09/2013, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos.

Os requerentes são seus netos deixados por seu único filho, falecido em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

05/06/2006, portanto, herdeiros por representação a pleitear esse saque (art. 1.784 c.c. o inciso I, do art. 1.829, todos do Código Civil).

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

DEFIRO O PEDIDO INICIAL para determinar a expedição do alvará para que o Espólio da requerida, a ser representado pela requerente JESSICA DE JESUS RODRIGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, estudante, portadora do RG 41.994.075-3-SSP/SP, CPF 397.555.588-29, no INSS o valor do resíduo de crédito do benefício de pensão por morte NB 21/116890269/7, no valor de R\$2.621,01, indicado no comunicado da autarquia, constante dos autos, a qual na qualidade de credora-solidária, responsabilizar-se-á pelo pagamento da cota-parte pertencente ao outro herdeiro-requerente. A autorizada poderá receber e dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução daquele objetivo. Prazo: 120 dias. Concedo aos requerentes os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). Esta sentença valerá como instrumento de alvará para os fins aqui expressos, devendo o INSS lhe dar pleno atendimento. Compete ao advogado dos requerentes materializar esta sentença/alvará assim que publicada no DJe. Assim que publicada em cartório ocorrerá o trânsito em julgado, dispensada a certificação.

P.R.I.C. e ao arquivo, desde já.

São Carlos, 02 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA